

## RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

### PROCESSO LICITATÓRIO 14/2015 (RETIFICADO – NOVA DATA) PREGÃO PRESENCIAL 05/2015

(LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO  
PORTE - EPP)

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E EQUIPAMENTOS DE  
PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S) EM ATENDIMENTO À DEMANDA DO  
SHOPPING POPULAR MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA.**

Interessado: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Recebemos, através de impresso na página [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br) ou  
impresso cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Montes Claros, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre a Central de Licitações deste Instituto e o  
Senhor, solicitamos o preenchimento do recibo de entrega do edital e envio  
ao Setor Responsável por meio do e-mail [licitacaoprevmoc@gmail.com](mailto:licitacaoprevmoc@gmail.com).

A não remessa do recibo exige a Central de Licitações da comunicação de  
eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de  
quaisquer informações adicionais.

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES CLAROS –MG**  
**PREVMOC**

Rua Viúva Francisco Ribeiro, 150 - Centro – Montes Claros–MG – CEP: 39.400-114

PABX/FAX: (38) 3229-3500 - (38) 3221-4833

E-mail: [prevmoc@gmail.com](mailto:prevmoc@gmail.com)

## **EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N°. 14/2015 (RETIFICADO – NOVA DATA)  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 05/2015**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S) EM ATENDIMENTO À DEMANDA DO SHOPPING POPULAR MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA.**

**ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL : Dia 05/08/2015, às 09h00min.**

**CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:**  
na *internet* no site [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br), telefone (38)3229-3500 ou na sala da Central de Licitações deste Instituto, situada à Rua Viúva Francisco Ribeiro, 150, Centro, Montes Claros/MG, CEP 39.400-114.

**ESCLARECIMENTOS:**  
*E-mail:* [licitacaoprevmoc@gmail.com](mailto:licitacaoprevmoc@gmail.com)  
Telefone: (38)3229-3500.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília.

## **PREÂMBULO**

O Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC, inscrito no CNPJ sob o n.º. 66.489.741/0001-96, com endereço à Rua Viúva Francisco Ribeiro, n.º. 150 – Centro, CEP 39.400-114 torna público o **PROCESSO LICITATÓRIO N.º. 14/2015**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º. 05/2015**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regido pela Leis Federais n.º. 8.666/93 e 10.520/02, Leis Complementares n.º. 123/2006 e n.º. 147/2014 e demais condições fixadas neste Edital.

### **I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1 - O Pregão será realizado em sessão pública, no dia **05/08/2015 às 09h00min**, na Sala de Licitações deste Instituto, localizada à Rua Viúva Francisco Ribeiro, n.º. 150, Centro, na Cidade de Montes Claros – MG.

2 - Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria n.º. 14, de 26 de março de 2015.

### **II – DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPI's) em atendimento à demanda do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira.

### **III – DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

1 - Cópia deste edital encontra-se disponível na internet, no site [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br), e ainda, poderá ser obtida na sala de Licitações deste Instituto, localizada à Rua Viúva Francisco Ribeiro, n.º. 150, Centro, na Cidade de Montes Claros – MG, no horário de 8h às 12h e de 14h às 18h.

2 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br), bem como as publicações no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico [www.montesclaros.mg.gov.br/diariooficial](http://www.montesclaros.mg.gov.br/diariooficial), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

**[INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES CLAROS –MG](#)**  
**[PREVMOC](#)**

Rua Viúva Francisco Ribeiro, 150 - Centro – Montes Claros–MG – CEP: 39.400-114

PABX/FAX: (38) 3229-3500 - (38) 3221-4833

E-mail: [prevmoc@gmail.com](mailto:prevmoc@gmail.com)

2.1 - O licitante que desejar receber informações ou esclarecimentos sobre o processo licitatório deverá, ao retirar o edital no site [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br), encaminhar à Central de Licitações o recibo de retirada do edital.

3 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail [licitacaoprevmoc@gmail.com](mailto:licitacaoprevmoc@gmail.com) ou via fac-símile (38)3229-3500, até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura das propostas.

3.1 - As respostas do Pregoeiro às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail, fax, ou disponibilizadas no site [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br) no campo "Central de Compras", no link correspondente a este edital, ficando acessíveis a todos os interessados.

4 - Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, mediante petição a ser enviada para o e-mail [licitacaoprevmoc@gmail.com](mailto:licitacaoprevmoc@gmail.com), ou protocolizadas no Núcleo de Apoio deste Instituto, localizado na Rua Viúva Francisco Ribeiro, nº 150, Centro, Montes Claros/MG, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre o requerimento, auxiliado pelo setor técnico competente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.1 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital.

4.2 - O Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Pregoeiro, e que, por isso, sejam intempestivas.

4.3 - Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.4 - A decisão da Pregoeira será enviada ao impugnante por e-mail, e será divulgada no site [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br) para conhecimento de todos os interessados.

4.5 - Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, o interessado que não o fizer até às 17 (dezesete) horas do segundo dia útil que anteceder a data de realização da Sessão Pública do Pregão.

#### **IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**1 – A participação no presente Pregão Presencial é restrita a pessoas jurídicas enquadradas ou equiparadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme disposições constantes do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, que satisfaçam as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, e ainda, cujo Contrato Social esteja em vigor, registrado no Órgão Competente, com o ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.**

**[INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES CLAROS –MG](#)  
[PREVMOC](#)**

Rua Viúva Francisco Ribeiro, 150 - Centro – Montes Claros–MG – CEP: 39.400-114

PABX/FAX: (38) 3229-3500 - (38) 3221-4833

E-mail: [prevmoc@gmail.com](mailto:prevmoc@gmail.com)

2 - Não poderão participar da presente licitação:

2.1 - empresas que não se enquadrem nos termos do art. 3º Lei Complementar nº 123/2006 e/ou se encontrem em uma ou mais das seguintes situações:

2.1.1 - que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

2.1.2 - que tenham sido declaradas suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o PREVMOC, durante o prazo da sanção aplicada;

2.1.3 - que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.1.4 - que tenham sido declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Montes Claros, durante o prazo da sanção aplicada;

2.1.5 - que incidirem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei 8.666/93, observada a exceção prevista no § 1º do art. 9º da mesma Lei;

2.1.6 - cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;

2.1.7 - estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

2.1.8 - integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.1.9 - em consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

3 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

## **V – DOS ENVELOPES PARA PARTICIPAÇÃO**

1 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome do proponente e todos os dados que o identifiquem, os seguintes dizeres:

**Envelope nº. 1 - Proposta**  
**Pregão Presencial nº. 05/2015**

**Envelope nº. 2 - Habilitação**  
**Pregão Presencial nº. 05/2015**

2 - Todos os documentos necessários à participação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor público autorizado ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

3 - Serão aceitas propostas escritas enviadas pelo correio ou entregues por portador sem poderes para formular propostas e praticar atos durante a sessão. O autor da proposta não poderá dar lances ou praticar qualquer ato em seu favor durante a sessão.

## **VI – DO CREDENCIAMENTO**

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

1.1 - Tratando-se de representante estatutário legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

1.2 - Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 1.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

1.3 - Declaração conforme modelo do Anexo IV do Edital, sob as penas da Lei, de cumprimento dos requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, demonstrando aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, com redação dada pela Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014.

1.4 - Declaração de Pleno atendimento, conforme modelo do Anexo III do Edital, observando-se que todo o teor do conteúdo encontrado no modelo deverá constar na Declaração a ser entregue no certame.

## **VII – DA PROPOSTA COMERCIAL**

1- A proposta de preço deverá ser legível e conter os seguintes elementos:

1.1 - Cabeçalho contendo todos os dados que identifiquem o licitante;

1.2 - Número do Pregão e do Processo em todas as páginas;

1.3 - Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da marca do produto cotado em conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital;

1.4 - Preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso (em caso de dúvida, prevalecerá o valor por extenso), apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviço da presente licitação;

**1.5 - Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.**

2 - Poderão ser cotados números até 02 (duas) casas após a vírgula.

3 - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

4 - O preço ofertado, salvo hipóteses legais, permanecerá fixo e irrevogável.

5 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.1 - não atendam as exigências e requisitos estabelecidos neste Edital ou imponham condições;

5.2 - apresentem valores manifestamente inexequíveis;

5.3 - sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

6 - Não serão motivos de desclassificação as simples omissões irrelevantes para o entendimento da proposta e que não causem prejuízo à Administração.

7 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

8 - O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

## **VIII – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

1 - No Envelope contendo os "Documentos de Habilitação" deverão conter os documentos a seguir relacionados:

### **1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1.1.1 - registro comercial, no caso de empresa individual;

1.1.2 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial;

1.1.3 - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

1.1.4 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

### **1.2 - REGULARIDADE FISCAL:**

1.2.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.2.2 - prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, relativa à sede do licitante;

1.2.3 - prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

1.2.4 - prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.5 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT).

### **1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1.3.1 - Certidão negativa de pedido de falência ou em recuperação de crédito, expedido pelo distribuidor judicial de sua sede.

2 - Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas Públicas, certidões positivas com efeito de negativas, e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

3 - A prova de regularidade com a Fazenda Federal prevista no item 1.2.2 e prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), constante do item 1.2.3, poderão ser substituídas pela Certidão Unificada expedida conjuntamente pela Secretaria de Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) com vigência a partir de 03/11/2014.

4 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título inabilitará o licitante.

5 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome do proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente:



6.1 - se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.2 - se o proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.1 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

7.2 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

7.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8 - Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

8.1 - Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos **60 (sessenta) dias** anteriores à data de abertura do Pregão.

9 - O licitante obriga-se, nos termos do modelo de Declaração de Pleno Atendimento que consta no Anexo III deste Edital, a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.

## **IX – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

1 - No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

2 - Encerrada a fase de credenciamento, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novos licitantes, dando-se início

ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta e a Documentação de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

4.1 - Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela.

4.2 - Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três).

4.3 - No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

6 - O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7 - Os lances deverão ser formulados por itens, em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, **observada a redução mínima**, que será estipulada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no ato do pregão, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

8 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, com exceção da melhor proposta.

9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

10 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com a finalidade de redução do preço.

11 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes, apurados mediante pesquisa realizada pelo Setor de Licitações, já juntada aos autos.

12 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

12.1 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

13 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

13.1 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

13.2 - A Administração Pública Municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

14 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

15 - Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

16 - Da Sessão lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e que, no final será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

## **X – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

1 - No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para

apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à Autoridade Competente para a homologação.

3 - As razões e respectivas contrarrazões recursais deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico [licitacaoprevmoc@gmail.com](mailto:licitacaoprevmoc@gmail.com) ou ser protocolizado no Núcleo de Apoio do PREVMOC até às 17h00min do último dia do prazo, em uma via original, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

3.1 - O Pregoeiro não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

4 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à Autoridade Competente.

5 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Sendo decididos e se constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

6 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7 - A adjudicação será feita dos itens do objeto.

## **XI – DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO**

1 - O fornecimento dar-se-á de forma imediata, mediante solicitação prévia da Gerência Administrativa do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira, no Almoarifado do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira localizado na Praça Doutor Carlos, nº. 1, Centro, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente de 08h às 12h e de 14h às 18h, consoante especificações do Anexo I – Termo de Referência deste Edital, no prazo não superior a 10 (dez) dias corridos, contados da data do recebimento da Ordem De Compra

**[INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES CLAROS –MG](#)**  
**[PREVMOC](#)**

Rua Viúva Francisco Ribeiro, 150 - Centro – Montes Claros–MG – CEP: 39.400-114

PABX/FAX: (38) 3229-3500 - (38) 3221-4833

E-mail: [prevmoc@gmail.com](mailto:prevmoc@gmail.com)

2 - Em caso de dúvida sobre a autenticidade e/ou qualidade do material, o fornecedor se compromete a arcar com os custos dos testes de originalidade, a serem realizados nos laboratórios dos próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum acordo entre as partes.

3 - O recebimento e a conferência dos produtos serão feitos pela Gerência Administrativa do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira, a qual atestará, por um servidor, devidamente identificado, no documento fiscal correspondente, a entrega do objeto, nas condições exigidas, constituindo tal atestado requisito para a liberação dos pagamentos à Contratada.

4 - A Gerência Administrativa do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira não aceitará ou receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes no Anexo I - Termo de Referência deste Edital, cabendo à Contratada efetuar as substituições necessárias no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

## **XII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1 - Cumprir fielmente as exigências deste Edital, de modo que os itens sejam fornecidos de acordo com o Anexo I - Termo de Referência, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

2 - Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

3 - Indenizar o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

4 - Cumprir os prazos previstos neste Edital.

5 - Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei n.º. 8.666/93 e no presente Edital.

### **XIII – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 1 - Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.
- 2 - Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.
- 3 - Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.
- 4 - Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Edital.
- 5 - Efetuar o desconto de Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título (CRFB/1988, artigo 158, I).

### **XIV – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 1 - O pagamento decorrente do fornecimento do objeto desta licitação será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à seguridade social e regularidade trabalhista vigentes.
- 2 - Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante ao efetivo fornecimento do objeto nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio Termo de Recebimento Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento.
- 3 - O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
- 4 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato.

5 - Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

## **XV – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

1 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei n. 8.666/93, a gestão/fiscalização da entrega do objeto será realizada pela Gerência Administrativa do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira.

## **XVI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1 - O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Montes Claros.

2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na prestação do serviço, ou por atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor total dos produtos constantes na Nota de Empenho.

II) 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, na hipótese da Contratada injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando este Instituto, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

3 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Contratante. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela Contratada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

4 - As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente com aquelas previstas nas Leis Federais nº. 10.520/2002 e 8.666/93, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

## **XVII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1 - Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- I - Termo de Referência;
- II - Modelo de Proposta Comercial;
- III - Modelo de Declaração de Pleno Atendimento;
- IV - Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;

2 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

3 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

4 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

5 - Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

6 – A pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do artigo 43 da Lei nº. 8.666/93.

6.1 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

7 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

8 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o PREVMOC revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES CLAROS –MG**  
**PREVMOC**

Rua Viúva Francisco Ribeiro, 150 - Centro – Montes Claros–MG – CEP: 39.400-114

PABX/FAX: (38) 3229-3500 - (38) 3221-4833

E-mail: [prevmoc@gmail.com](mailto:prevmoc@gmail.com)



9 - O PREVMOC poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

10 - Para atender a seus interesses, o PREVMOC poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do artigo 65, da Lei no . 8.666/93.

11 - Fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Montes Claros, 23 de julho de 2015.

**Priscila Batista Almeida**  
**Pregoeira - PREVMOC**

**Delcilene Azevedo Oliveira Antunes**  
**Assessora Jurídica – OAB/MG: 114.987**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 13/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2015**

#### **1. OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPI's) em atendimento à demanda do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira.

Item	Descrição	Complemento	Und	Quant.
1	ÁLCOOL EM GEL 500 G		FR	36
2	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML		FR	36
3	DESINFETANTE LÍQUIDO 5 L		GL	30
4	ESPONJA DUPLA FACE		UND	20
5	FLANELA TAMANHO MÉDIO		UND	30
6	RODO EM PLÁSTICO 60 CM	CABO EM MADEIRA	UND	20
7	HIPOCLORITO DE SÓDIO 5 L		GL	20
8	BALDE EM PLÁSTICO RESISTENTE 20 L	CAPACIDADE DE 20 L	UND	10
9	COPO DESCARTÁVEL 200 ML	PACOTE C/ 100 UN	PCT	30
10	LIMPA VIDROS LÍQUIDO 500 ML		FR	24
11	LUVAS DE LÁTEX TAMANHO G		PAR	60
12	SABÃO PASTOSO CONCENTRADO 5 L		GL	30
13	DISCO REMOVEDOR 410MM PRETO		UND	50
14	DISCO REMOVEDOR 300MM PRETO		UND	50
15	PANO DE CHÃO DE ALGODÃO BRANCO		UND	60
16	PAPEL HIGIÊNICO INDUSTRIAL 300 M	FARDOS C/ 8 UN	FD	100
17	SACO DE LIXO PRETO 100 L		KG	142
18	SACO DE LIXO PRETO 200 L		KG	142
19	BOTAS DE BORRACHA CANO MÉDIO	BRANCA, Nº 36 AO 40	PAR	12
20	PAPEL TOALHA PARDO	TAM. 23x21 CM, FARDO C/1000 FL	FD	100

21	SABONETE LÍQUIDO PARA LIMPEZA DAS MÃOS 5 L		GL	10
22	SACO DE LIXO PRETO 30 L		PCT	5
23	DESENTUPIDOR		UND	5
24	ÁCIDO MURIÁTICO	FRASCOS COM 1 L	LT	20

## 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição se justifica pela necessidade de manutenção da limpeza do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira – SPMRS, visando o bem-estar dos lojistas, trabalhadores e usuários daquele espaço, bem como a segurança dos funcionários envolvidos com a limpeza e organização do mesmo.

## 3. QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DE CUSTO:

Item	Descrição	Complemento	Und	Quant.	Vlr. Estimado Unit.	Vlr. Estimado Total
1	ÁLCOOL EM GEL 500 G		FR	36	4,20	151,20
2	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML		FR	36	1,21	43,56
3	DESINFETANTE LÍQUIDO 5 L		GL	30	6,97	209,10
4	ESPONJA DUPLA FACE		UND	20	0,59	11,80
5	FLANELA TAMANHO MÉDIO		UND	30	1,58	47,40
6	RODO EM PLÁSTICO 60 CM	CABO MADEIRA	EM UND	20	10,62	212,40
7	HIPOCLORITO DE SÓDIO 5 L		GL	20	14,97	299,40
8	BALDE EM PLÁSTICO RESISTENTE 20 L	CAPACIDADE DE 20 L	UND	10	8,64	86,40
9	COPO DESCARTÁVEL 200 ML	PACOTE C/ 100 UN	PCT	30	3,10	93,00
10	LIMPA VIDROS LÍQUIDO 500 ML		FR	24	3,15	75,60
11	LUVAS DE LÁTEX TAMANHO G		PAR	60	3,37	202,20
12	SABÃO PASTOSO		GL	30	16,76	502,80

	CONCENTRADO 5 L					
13	DISCO REMOVEDOR 410MM PRETO		UND	50	21,81	1.090,50
14	DISCO REMOVEDOR 300MM PRETO		UND	50	14,70	735,00
15	PANO DE CHÃO DE ALGODÃO BRANCO		UND	60	2,48	148,80
16	PAPEL HIGIÊNICO INDUSTRIAL 300 M	FARDOS C/ 8 UN	FD	100	21,90	2.190,00
17	SACO DE LIXO PRETO 100 L		KG	142	8,13	1.154,46
18	SACO DE LIXO PRETO 200 L		KG	142	8,27	1.174,34
19	BOTAS DE BORRACHA CANO MÉDIO	BRANCA, N° 36 AO 40	PAR	12	39,07	468,84
20	PAPEL TOALHA PARDO	TAM. 23x21 CM, FARDO C/1000 FL	FD	100	6,42	642,00
21	SABONETE LÍQUIDO PARA LIMPEZA DAS MÃOS 5 L		GL	10	14,22	142,20
22	SACO DE LIXO PRETO 30 L		PCT	5	15,57	77,85
23	DESENTUPIDOR		UND	5	5,40	27,00
24	ÁCIDO MURIÁTICO	FRASCOS COM 1 L	LT	20	4,73	94,60

#### 4 - DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA:

ÓRGÃO	UNIDADE
107 -	022305 - PREVMOC

Função Programática					Elemento de Despesa	Projeto Atividade	Recurso	Ficha
4	122	80	2	177	339030220000	Manutencao dos Servicos Adminstraçãodo	CONTRIBUIÇÃO PARA O RÉGIME PROPRIO DE PR	6097

#### 5 – CONDIÇÕES GERAIS:

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES CLAROS –MG**  
**PREVMOC**

Rua Viúva Francisco Ribeiro, 150 - Centro – Montes Claros–MG – CEP: 39.400-114

PABX/FAX: (38) 3229-3500 - (38) 3221-4833

E-mail: [prevmoc@gmail.com](mailto:prevmoc@gmail.com)

5.1 - O PREVMOC reserva para si o direito de alterar quantitativos sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido ao disposto no §1º, do artigo 65, Lei nº 8.666/93.

5.2 - O PREVMOC reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas.

5.3 - A contratação não estabelece nenhum vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o PREVMOC e os agentes, prepostos empregados ou demais pessoas da Contratada, sendo ela a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

## **ANEXO II**

### **MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

... Timbre ou identificação do Licitante ...

Ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros-  
PREVMOC

Senhor Pregoeiro,

Atendendo ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 014/2015, na modalidade PREGÃO  
PRESENCIAL Nº. 05/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, apresentamos  
nossa proposta:

.....

Local e data.

Assinatura do Representante Legal.

## **ANEXO III**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO**

A sociedade empresária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, localizada na \_\_\_\_\_, por seu representante legal signatário, declara ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação no Processo Licitatório n.º. 14/2015, na modalidade de Pregão Presencial n.º. 05/2015, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, e se compromete cumprir as disposições contratuais conforme as descrições editalícias, desconsiderado qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta.

Declara também, para fins do disposto no inciso V do artigo 27, da Lei n.º. 8.666/93 que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Declara, ainda, para os fins requeridos no inciso III, artigo 9º da Lei n.º. 8.666/93 e 100 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, que não tem em seus quadros de empregados, servidores públicos da Contratante, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções, exercendo atribuições de gerência, administração ou tomada de decisões.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Loca e data.

Assinatura do Representante Legal

## **ANEXO IV**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2015  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 05/2015**

A sociedade empresária \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu  
representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador  
do Documento de Identidade nº. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº.  
\_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos  
legais para qualificação como \_\_\_\_\_ (incluir a  
condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP),  
artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos  
impedimentos do §4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido  
estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)